

REDE URBANA E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Tânia Maria Fresca¹

RESUMO

O objetivo do artigo é efetuar uma discussão sobre o desenvolvimento regional articulado à rede urbana, enquanto um recorte espacial que permite o entendimento de diferentes caminhos de realização destes complexos processos. Para tanto, inicialmente apresenta-se uma discussão sobre o desenvolvimento regional, considerando as perspectivas teóricas da formação sócioespacial (SANTOS, 1982) e do desenvolvimento desigual e combinado (TROSTKY, 1981), como possibilidades de compreensão de diferenças regionais. Tendo em vista que o desenvolvimento regional se realiza diferenciadamente, a rede urbana configura-se em um recorte que permite compreensão de realização deste, mas articuladamente à divisão territorial do trabalho. Por fim, apresenta-se aspectos da complexa participação da rede urbana norte-paranaense na divisão territorial do trabalho, permitindo entender diferentes caminhos da realização do desenvolvimento regional.

Palavras chave: Desenvolvimento regional; Rede urbana; Divisão territorial do trabalho.

URBAN NETWORK AND TERRITORIAL DIVISION OF LABOR

ABSTRACT

The objective of this article is to discussion regional development articulated urban network, while a portion of space that allows the understanding of different ways of achieving these complex processes. To this end, initially presents a discussion on regional development, considering the theoretical perspectives of socioespacial formation (SANTOS, 1982) and the different and combined development (TROTSKY, 1981), as possibilities for understanding regional differences. Given that regional development is carried out differently, the urban network is configured in spatial area that allows understanding of ways in which this takes place, but pivotally to the territorial division of labor. Finally, the paper presents aspects of the complex participation of the urban network in north Paraná territorial division of labor, allowing to understand different ways of achieving regional development.

Keywords: Regional development; Urban network; Territorial division of the work.

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é efetuar uma discussão sobre o desenvolvimento regional articulado à rede urbana, enquanto um recorte espacial que permite o

¹ Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina; tania_geografia@yahoo.com.br.

entendimento de diferentes caminhos de realização do mesmo. Trata-se de temática ampla, complexa e de fundamental importância na geografia, tendo em vista as imbricações espaciais, das quais se destaca a diferenciação espacial. Se por um lado esta temática tem sido tratada no âmbito da região, a perspectiva aqui é de discutir o desenvolvimento regional articulado à rede urbana, já que a mesma configura-se em uma dimensão espacial em que políticas de desenvolvimento regional, ou a ausência das mesmas, afetam diretamente as cidades, as atividades agropecuárias, industriais, a dinâmica populacional, geração de empregos, as bases produtivas e as relações sociais.

Para tanto, inicialmente apresenta-se uma discussão sobre o desenvolvimento regional, considerando as perspectivas teóricas da formação socioespacial (SANTOS, 1982) e do desenvolvimento desigual e combinado (TROSTKY, 1981), como possibilidades de compreensão de diferenças regionais. Tendo em vista que o desenvolvimento regional se realiza diferenciadamente, a rede urbana configura-se em um recorte onde se torna possível compreender caminhos de realização do mesmo, mas articuladamente à divisão territorial do trabalho. Por fim, apresenta-se aspectos da complexa participação da rede urbana norte-paranaense na divisão territorial do trabalho, denotando diferentes caminhos da realização do desenvolvimento regional.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL

Desenvolvimento regional é temática ampla, complexa e fundamental na análise geográfica, porque discuti-la implica, de nosso ponto de vista, adentrar no entendimento de aspectos do processo de desenvolvimento nacional e das políticas de planejamento regional, no papel do Estado, nas discussões sobre distribuição de renda, nas diferenças regionais, envolvendo ainda diferentes matrizes teóricas, etc. Evidente que nestas discussões está pressuposto o entendimento e análise geográfica do espaço. Desta maneira a exposição se faz a partir de uma seleção.

De modo geral, o Brasil não tem apresentado importantes políticas de desenvolvimento desde os anos de 1980. Desde então rompeu-se com um processo de planejamento de médio e longo prazo no âmbito do Estado, que viera sendo realizado desde os anos de 1930, em favor do desenvolvimento nacional.

Esse processo foi interrompido inicialmente pelos efeitos da crise recessiva do sistema capitalista que implicaram em redução da capacidade fiscal e financeira do

Estado, com repercussões diretas na continuidade das macropolíticas de desenvolvimento. A esta soma-se as imposições neoliberais e globalizantes, com maior intensidade a partir dos anos de 1990, onde a ação estatal se direcionou em favor das privatizações, da abertura do mercado, de modificações no sistema financeiro, na legislação trabalhista, no aumento das taxas de juros, dentre outros. Não houve nesta década, formulação de políticas de desenvolvimento, mas medidas diversas como o controle da inflação, permitiram certa expansão do consumo e produção.

Na primeira década do século XXI, a partir do governo Lula, também não se verificam políticas contundentes e claras para um desenvolvimento nacional contínuo. Verifica-se sim, uma série de medidas necessárias e importantes como a redução da taxa de juros para a construção civil e financiamento de imóveis, redução dos juros para aquisição de bens de consumo duráveis (carros, eletrodomésticos, etc.), certo investimento em infraestrutura por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento; mas não formulou um planejamento onde esteja presente: redução da taxa de juros para investimentos, não formulou política cambial (nem alterações), não realizou uma política industrial clara para dinamizar o sistema produtivo industrial brasileiro, dentre outros.

No entanto, mesmo sem efetivas políticas por parte do Estado, tem-se verificado aumento da produção propriamente dita, seja industrial, agroindustrial, construção civil, etc. Pôs-se em marcha certa retomada do desenvolvimento regional mediante: 1) expansão produtiva em diferentes regiões, por intermédio das indústrias ou produção agropecuária, particularmente aquela destinada à exportação; 2) a expansão envolve presença de diferentes gêneros produtivos industriais, desde aqueles vinculados às indústrias denominadas tradicionais, passando pelo mecânico, material elétrico, material de transporte, metalúrgico, plástico, dentre outros; 3) essa expansão envolve diferentes e complexas lógicas locais cujos centros urbanos são bastante diversos em termos de tamanho e centralidade; 4) verifica-se expansão industrial em cidades não metropolitanas, mas o poder decisório e de gestão, particularmente das corporações, ainda permanece na metrópole. Esta expansão verifica-se em parte pelo aumento da produção de commodities para exportação, pelo aumento da demanda interna por produtos diversos, mediante, segundo Belluzzo (2010), melhoria das rendas do trabalho, a queda da inflação, redução do preço dos bens manufaturados, ampliação do crédito de 60 meses, vinculado a um avanço das condições gerais que melhoraram. No entanto, do ponto de vista da distribuição de

renda o avanço deve ter sido inferior àquele que é propagado (BELLUZZO, 2010, p. 28).

Mas, as maneiras pelas quais o desenvolvimento – entendido como um conjunto de mudanças nas diferentes esferas de uma sociedade - se realiza, não é igual em todas as regiões ou redes urbanas de um país. Emerge assim, importante articulação entre caminhos de realização do desenvolvimento e diferenças espaciais, onde esta última é ponto de partida na análise geográfica, cujo fundamento explicativo está no fato de ser o espaço um produto social (SANTOS, 1985). Para Bessa (2004) a diferenciação espacial pode ser analisada a partir do conceito de formação sócioespacial (SANTOS, 1982) e do desenvolvimento desigual e combinado conforme Trotsky (1981). Formação socioespacial é um conceito capaz de expressar a totalidade espacial em seu movimento, como uma potencialidade e uma realidade, mas referido a uma sociedade e espaço historicamente determinados. Para Santos (1985) há uma imbricação entre formação sócioespacial e espaço, em que as relações se fazem num espaço particular e não no espaço em geral tal como os modos de produção. Estes últimos escrevem a história no tempo, enquanto as formações sociais escrevem-na no espaço. Por isso “[...] modo de produção seria o gênero, cujas formações sociais seriam as espécies; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a possibilidade realizada” (SANTOS, 1982, p. 13). Nesta perspectiva entende-se que em cada etapa histórica da produção, sua realização pressupõe um lugar ou região próprio, dotado de especificidades que melhor atendem à produção ou fração da mesma, permitindo ao lugar e região ser dotado de uma significação particular pois a cada momento alterar-se-á o uso produtivo deste segmento do espaço. As formas espaciais enquanto linguagem de modos de produção ou de um de seus momentos, associados às técnicas correspondentes, constituem “[...] o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação” (SANTOS, 1982, p. 16). Enquanto forma-conteúdo, seu valor e suas modificações são dados e subordinados pelo modo de produção, tal como ele se realiza na e pela formação socioespacial (SANTOS, 1985).

O conceito de formação sócioespacial permite entender diferenças espaciais, na já que indissociável do concreto, do conhecimento de uma sociedade historicamente determinada em sua totalidade e nas suas frações, um conhecimento específico num dado momento de sua evolução. Assim colocado, ressalta-se que a análise permite reconhecer similaridades entre várias formações sociais e especificidades de cada formação, isto é, o que a distingue das demais. “O fato de ser o conceito de formação sócioespacial associado a uma realidade concreta,

susceptível, portanto, de localização espaço-temporal, permite o entendimento da diferenciação espacial, sugerindo inclusive, a possibilidade de realização de estudos sincrônicos e diacrônicos simultaneamente” (BESSA, 2004, p. 115).

A lei do desenvolvimento desigual e combinado formulado por Trotsky (1982) relaciona-se a dois processos, desigualdade e combinação, que apesar de serem opostos e diferentes, possuem racionalidades que coexistem e se relacionam mútua e contraditoriamente (BESSA, 2004, p. 115). Este conceito tem uma dimensão espacial, que na análise geográfica pode se traduzir em análises sobre regionalização, desigualdade do desenvolvimento entre nações, entre setores da economia de um país, entre redes urbanas, etc. Mas, o desenvolvimento desigual materializa-se no espaço de maneiras distintas, resultando em organizações diferenciadas do espaço em diferentes escalas.

Nesta perspectiva deve-se entender que o desenvolvimento regional se realiza diferenciadamente entre regiões e redes urbanas, vinculado à diferentes formações sócioespaciais, mas desigual e combinadamente.

A REDE URBANA E A QUESTÃO REGIONAL

A rede urbana configura-se em um recorte espacial que permite uma análise do desenvolvimento regional. Entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados (CORRÊA, 1989), mediante fixos e fluxos, a rede urbana representa uma materialidade social que participa da criação, apropriação e circulação do excedente socialmente produzidos. Por intermédio da rede realizam-se diferentes atividades e interações espaciais, envolvendo centros urbanos de tamanhos distintos e de complexidade funcional diferenciada, que desempenham funções de distribuição do comércio varejista e prestação de serviços, expressando o estágio do desenvolvimento da divisão social do trabalho. Mas, envolve ainda outras funções urbanas ligadas à produção industrial, à circulação, à distribuição, gerando ampliações de atividades urbanas que podem atingir níveis de especializações produtivas. Neste sentido as interações espaciais se realizam em escalas espaciais diversas, cada qual respondendo às funções desempenhadas pelos distintos centros urbanos.

Rede urbana e divisão territorial do trabalho constituem um conjunto analítico pelo qual pode-se ter um entendimento do desenvolvimento regional e urbano. A divisão territorial do trabalho é fruto da diferenciação interna do espaço provocada pela expansão do capital. Isso significa que no conceito de divisão territorial

do trabalho está implícito o conceito de divisão social do trabalho formulado por Marx. Neste sentido, Lenin (1982, p. 275) coloca que a divisão do trabalho em geral relaciona-se com a divisão territorial do trabalho, “à especialização de certas regiões na produção de um único artigo, às vezes de uma única variedade de um artigo e até de uma única parte de um artigo”, permitindo-se entender que com a indústria moderna se configurou a divisão territorial do trabalho específica do capitalismo. A cada vez que elementos oriundos de diferentes processos e momentos históricos específicos forem introduzidos ou expandidos, como inovações na produção agrícola, industrial, nos transportes, comunicações, etc., a divisão territorial do trabalho será modificada. Desta maneira, atividades previamente dominantes em dado lugar são substituídas por outras, algumas desaparecem e novas atividades são implantadas. Assim, regiões, redes ou cidades que eram relevantes em momento anterior mediante dada produção, podem tornar-se economicamente pouco importantes, enquanto outras regiões, redes e cidades podem ser muito dinamizadas, porém todos “são integrados nas economias nacionais e internacionais, como parte de uma nova configuração espacial” (SMITH, 1988, p. 208). Neste sentido o autor aponta também a diferenciação espacial nacional como expressão da divisão territorial do trabalho, sendo profundamente sensível ao ritmo da expansão e crise do sistema capitalista (SMITH, 1988).

Assim entendida, a rede urbana torna-se simultaneamente reflexo e condição para a divisão territorial do trabalho (CORRÊA, 1989). Reflexo na medida em que traduz os arranjos distintos referenciados ao processo de ocupação, à produção propriamente dita e suas relações sociais, ao nível de renda, aos diferentes níveis de circulação, atrelados às diferentes interações sócioespaciais. Em realidade a rede reflete diferentes arranjos espaciais a partir de multivariadas escolhas que o capitalismo, mediatizado por agentes sociais, faz na busca de diminuição de custos e maximização de lucros, estabelecendo vantagens locacionais diferenciadas.

Simultaneamente a rede urbana é condição para a divisão territorial do trabalho na medida em que define os pontos focais da vida de relações e as vias de tráfego por onde os fluxos diversos são estabelecidos e possibilitam a criação e transformação constante e desigual de atividades e cidades. É por intermédio das funções articuladas das cidades que integram uma rede urbana, por intermédio de sistemas de transportes, comunicação e informações internamente e externamente à rede, que se viabilizam as condições necessárias para a produção, distribuição, circulação e consumo. Com a progressiva expansão do sistema capitalista, representado não exclusivamente pela concentração e expansão do mercado, há a

busca da redução do tempo entre produção e consumo, em outras palavras, reduzir o tempo do ciclo de reprodução do capital e para o qual deve haver superação das dificuldades para sua realização.

A rede urbana possibilita reinvestimentos do excedente acumulado em outras atividades produtivas, sejam urbanas ou rurais para que se amplie a reprodução do capital e novos excedentes sejam gerados. Tais reinvestimentos pressupõem a existência de fluxos diversos e a existência de vários pontos no território ou centros urbanos de uma rede onde se verificam os processos de tomada de decisões, vendas, transformações industriais, prestação de serviços, etc. No entanto, o excedente acumulado e as possibilidades de reinvestimentos em esferas produtivas não se realiza de modo homogêneo, ocorrendo desigualmente em uma rede urbana, que internamente também é diferenciada. Esta desigualdade de investimentos privilegia determinados lugares, gerando diferenciações cada vez mais acentuadas; determinados centros urbanos tornam-se capazes de apropriar, por processos, mecanismos e agentes diversos, de valor excedente que circula e criar novos valores, enquanto outros centros urbanos tem menores possibilidades de apropriação do valor excedente, aí permanecendo pequena parcela de mais-valia.

Mas, a rede urbana brasileira em constante processo de transformação, mediante alterações na dinâmica econômica e social, envolve crescente criação e recriação, vinculada a intensificação dos processos de produção, circulação e consumo. Na medida em que processos gerais foram incidindo na rede, emergiu uma heterogeneidade que antes não estava presente e onde o que mais se ressalta é a continuidade da diferenciação e redefinição dos lugares. Levando-se em consideração a inserção da rede na divisão territorial do trabalho, quatro pontos são fundamentais para o entendimento das transformações na reinserção das cidades: a) a forma mediante a qual a mesma foi inserida na modernização da agricultura brasileira; b) a dinâmica populacional; c) a produção propriamente dita, principalmente a industrial; d) a densidade da circulação, enquanto etapa necessária entre produção, distribuição e consumo, mediante eficientes sistemas de transporte, comunicação e informação.

Uma crescente complexidade funcional dos centros urbanos traduz-se agora em enormes diferenciações entre as cidades, com emergência de cidades especializadas – tanto em produção industrial como em serviços; na transformação de núcleos em reservatórios de força de trabalho rural; em cidades que colocaram-se como reguladoras e controladoras de parte da produção agrícola, em metrópoles, em cidades que gradativamente ganharam novas funções vinculadas ao comércio e

serviços. Outros centros perderam parte de suas funções e potencialidades funcionais latentes emergiram ou foram criadas (CORRÊA, 1997).

Toda esta diferenciação vincula-se ao complexo e contraditório processo de desenvolvimento regional, tenha sido ele criado a partir da ação estatal, de ações privadas ou da combinação de ambas. A introdução dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar fomentado pelo Estado brasileiro desde meados dos anos de 1970, e recentemente em franca expansão, provocou por um lado importante desenvolvimento na medida em que incorporou áreas ao cultivo, demandou máquinas e equipamentos da indústria nacional, etc., mas por outro lado gerou acirramento das relações capital-trabalho, em que os bóias-frias foram submetidos a baixíssimas remunerações. No urbano, as cidades que tornaram-se locus da reprodução desta força de trabalho apresentam, linhas gerais, restritas atividades de oferta de bens e serviços, articuladas a baixa remuneração.

Neste sentido, nível de renda desempenha importante papel para entender desenvolvimento regional e as diferenças entre centros urbanos. Áreas onde as atividades agropecuárias são realizadas mediante o predomínio de pequenos e médios estabelecimentos rurais, com forte densidade demográfica – articulados evidentemente à formação socioespacial que a criou – apresentam perspectivas de que a renda fundiária auferida no lugar, possa ser reinvestida em diversas atividades urbanas, sejam elas comerciais, industriais e prestadoras de serviços. Esta tem sido uma das mais frequentes origens na implantação de unidades produtivas industriais no Sul do Brasil e interior de São Paulo, muitas das quais evoluíram para grandes empresas ou criaram especializações em determinados gêneros produtivos.

De outra parte, áreas de pecuária extensiva ou de produções agrícolas modernas, em grandes propriedades, com baixa densidade demográfica, apresentam menores possibilidades de reinvestimentos da renda no lugar de sua geração, com implicações diretas na centralidade urbana.

Com relação aos investimentos de origem externa à rede urbana em atividades industriais e agroindustriais, verifica-se a busca da maximização dos lucros onde diferentes fatores de localização o permitam, dado a especificidade da atividade. Neste processo, aparece a busca de novas localizações como enfrentamento às deseconomias de aglomeração e às crises emanadas das macropolíticas econômicas nacionais, gerando diversas transferências industriais de áreas metropolitanas para cidades de diferentes tamanhos. Tais investimentos por um lado criam novos empregos, geram impostos, novas por logísticas, por serviços especializados de

diversas naturezas, especialmente aqueles oriundos de corporações multifuncionais de capital internacional. De outro lado, acabam por impor menores salários que os correspondentes nas áreas metropolitanas, bem como aproveitam-se de fracos ou inexistentes movimentos sindicais em favor dos trabalhadores, para ampliar a extração da mais-valia.

Contudo, na esteira da presença de filial de corporação, verifica-se, onde condições de diversas ordens o permitam, a expansão da atividade a partir de outros investimentos locais e regionais no mesmo gênero, sem que haja vínculos diretos com a corporação, mas aproveitando-se de uma recém criada economia de aglomeração. Desta maneira a rede urbana reflete e condiciona a divisão territorial do trabalho. Reflete na medida em que expressa as diferentes especializações produtivas e condiciona tendo em vista que ao ser criada, garante-se as condições necessárias para sua reprodução. É ainda um meio fundamental pelo qual estabelecem-se diferentes fluxos de mercadorias, pessoas, idéias, valores, capital, etc. Estes são, dentre muitos outros não referidos, possibilidades de articulação entre rede urbana e divisão territorial do trabalho, demonstrando as intrincadas e complexas relações com o desenvolvimento regional e urbano.

REDE URBANA NORTE PARANAENSE E A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Nesta terceira parte expõe-se alguns processos de desenvolvimento regional em suas intrincadas e contraditórias realizações por intermédio de centros urbanos da rede urbana norte paranaense.

A rede urbana do Norte do Paraná configura-se em rico campo de pesquisas em direção ao entendimento de caminhos diversos do desenvolvimento regional. Apresenta-se complexa e diversificada, com forte densidade de centros urbanos cujas centralidades vão dos centros locais até aqueles muito fortes, denotando na atualidade - além de fatores históricos que presidiram sua construção - uma intensa participação na divisão territorial do trabalho. Neste sentido, a rede norte paranaense participa de modo complexo nesta divisão por intermédio da produção agroindustrial – soja, trigo, milho, frangos, cana-de-açúcar e outras de menor expressão em termos de área e valor gerado. Esta atividade foi implantada e expandida a partir dos anos de 1960 e 1970, por ação do Estado brasileiro em fomentar a modernização da agricultura, mediante processos de mudanças técnicas, econômicas e sociais caracterizando uma “[...] redefinição das relações entre

agricultura e indústria a partir do desenvolvimento do complexo agroindustrial” (SORJ, 1980, p. 11). Neste encaminhamento ocorreu a subordinação da agricultura à indústria onde os complexos agroindustriais ocuparam posição de destaque pela forma de sua unificação das relações interdepartamentais (MULLER, 1989).

Nos municípios da rede urbana este processo encontrou condições favoráveis a sua implantação: necessidade de uma cultura agrícola para imediata substituição do café; presença de uma estrutura dimensional assentada em pequenos e médios estabelecimentos rurais; sistema de transporte eficiente; condições edafoclimáticas propícias a várias culturas; sistema de comercialização, dentre outros. Tanto assim que Londrina, principal cidade da rede urbana tornou-se a sede da Embrapa-soja na década de 1970, configurando-se como centro dinamizador e difusor das pesquisas de cultivares em soja para todo o país (CAMPOS, 2010).

Esta produção dinamiza por um lado, o desenvolvimento regional mediante as rendas geradas via elevado número de pequenos e médios proprietários que residem e investem no lugar de sua geração; contribui para tanto a ação das cooperativas, em realidade grandes empresas nacionais como a Coamo Agroindustrial Cooperativa, Cooperativa Agroindustrial de Maringá, dentre outras, a controlarem parte da produção, comercialização e transformação; dinamiza as atividades urbanas de atendimento às demandas do campo e por seu turno, amplia o consumo de bens e serviços. Mas se fez a partir de um processo que excluiu parcela dos produtores rurais. Com relação à expansão da produção de cana-de-açúcar em municípios da rede urbana norte paranaense, verifica-se aumento do número de trabalhadores rurais; ampliação dos conflitos entre capital e trabalho já que a perspectiva de expansão de equipamentos para o corte da cana-de-açúcar, impõe rebaixamento dos salários; estes trabalhadores residem de modo acentuado em pequenas cidades, favorecendo pelos custos mais baixos, a reprodução desta força de trabalho; nos municípios onde é realizada esta produção, de modo acentuado por intermédio de arrendamentos para as agroindústrias sucroalcooleiras, ocorre forte drenagem da renda fundiária já que os proprietários das terras residem em outros lugares.

Em sua complexa inserção na divisão territorial do trabalho, outras produções são realizadas como a industrial. E aqui há dois caminhos para sua realização: a primeira envolve reinvestimentos de capitais locais e regionais oriundos da pequena produção mercantil, em diferentes gêneros produtivos, processo este que vem ocorrendo desde os anos de 1970. Mas ganhou destaque a partir dos anos de 1990 mediante ampliação da produção e conquista, por estratégias diversas, de

importantes parcelas do mercado consumidor nacional ou regional (FRESCA, 2004), articulando-se, a algumas daquelas políticas anteriormente referidas.

É o que ocorre com o setor moveleiro de Arapongas, o quarto pólo moveleiro nacional, gerando cerca de 7 mil empregos em 150 estabelecimentos, cuja produção destina-se prioritariamente ao mercado interno. Loanda como cidade dos metais sanitários, colocando-se como a produtora de cerca de 700 mil peças/mês, representando cerca de 15% da produção nacional; gera 1200 empregos diretos na cidade que tem uma população urbana de cerca de 16 mil habitantes. E no momento atual onde amplia-se fortemente a indústria nacional da construção civil mediante programa federal Minha Casa, Minha Vida e do rebaixamento das taxas de juros para financiamento de imóveis, o segmento de metais sanitários tem expandido firmemente. Jaguapitã como cidade das mesas para bilhar, colocando-a como núcleo urbano nacional com maior número de estabelecimentos (46), controlando cerca de 30% da produção nacional, ofertando 510 empregos formais diretos para uma população de 8.707 habitantes urbanos; mas coloca-se como controladora da maior parte do mercado no Sul do Brasil por intermédio da locação das mesas (VEIGA, 2007). Apucarana como a capital nacional do boné, produzindo cerca de 70% da produção nacional por intermédio de cerca de 320 estabelecimentos e aproximadamente 5 mil trabalhadores (VIETRO, 2006). Cianorte, adjetivada como capital do vestuário, concentra cerca de 380 estabelecimentos e gera 3.200 empregos no setor. Uma produção diversificada que inclui grifes próprias criadas pelos empresários para distintos segmentos – moda praia, modinha, jeans – muitas das quais alcança mercado expressivo como é o caso da Pura Mania; mas tem-se ainda as facções ou terceirização de mão-de-obra para grifes como Pierre Cardin, Zoomp, Fórum, Ellus, etc. (FRESCA, 2004 a). Campo Mourão é reconhecidamente uma cidade de forte produção agroindustrial, gerando cerca de 4 mil empregos via Coamo Agroindustrial Cooperativa e suas coligadas, mas é o lugar onde a produção de equipamentos odontológicos e hospitalares vem sendo bastante ampliada. A pequena cidade de Assaí com cerca de 16 mil habitantes, expande a produção metalúrgica ligada às demandas da Atlas Schindler e inicia produção mecânica de partes dos equipamentos pesados de diferentes setores.

Todas estas atividades, criadas no bojo de intensas modificações na dinâmica econômica e social nacional, a partir de ações locais e regionais e articuladas à busca de alternativas mediante rompimento de dado contexto produtivo, foram ampliadas, constituindo-se em importantes vetores do desenvolvimento regional, sem que para tal tenha havido ações coordenadas por parte do Estado na

formulação de políticas específicas, mas a partir de algumas ações como redução de taxa de juros para aquisição de bens diversos à população.

O segundo caminho da expansão da produção industrial é recente, e envolve o processo de desconcentração espacial das indústrias a partir das metrópoles. Buscando alternativas locais para enfrentamento das deseconomias de aglomeração e de crises geradas a partir de macropolíticas nacionais, empresas nacionais e internacionais transferiram a partir de meados dos anos de 1990, plantas industriais para cidades de diferentes tamanhos da rede urbana norte paranaense, articuladas ou não à guerra fiscal e aos incentivos garantidos pelo poder público na esfera estadual e local.

Atlas Schindler em Londrina com elevadores e escadas rolantes (onde parcela de seus fornecedores estão localizados em Assaí); Dixie Toga em Londrina, com embalagens plásticas, cuja expansão da produção gerou a implantação de diversas unidades de capital local e regional, associadas ou não a primeira; Hussmann/Thermo King em Londrina, com equipamentos de refrigeração; Itap Bemis com embalagens flexíveis em Cambé; Eletroman com peças elétricas e JK Metalúrgica com base de plataforma para a Atlas, ambas em Londrina; Basemetal, em Londrina com cabine para caixa eletrônico, abrigo para ônibus; Ingersoll-Rand com compressores de ar industrial em Londrina; Plásticos Novel com embalagens plásticas – garrafas; Eixo Forte com caçambas; Madereira Ibiporã com móveis de madeira; Wyny como curtume em Ibiporã; Pado, em Cambé, com cadeados e fechaduras; Inquima, em Cambé, com defensivos agrícolas; Hexal/Sandoz com medicamentos farmacêuticos em Cambé; Tecnorevest com produtos químicos; Amcor Flexibles com embalagens, Yasaki em Santo Antonio da Platina, que produz chicotes para automóveis, gerando cerca de 1500 empregos diretos; a Panco em Cambará, gerando 870 empregos diretos, dentre outras tantas.

Estas transferências permitiram ampliação da geração de empregos, mas com salários menores que os similares na metrópole paulista, geraram demandas por serviços especializados e Londrina vem se colocando como ofertadora destes serviços, inclusive em expansão mediante capacitações técnicas e científicas. É o que se verifica com os serviços de consultoria jurídica em diversas áreas para muitas das empresas recém transferidas.

Neste sentido, a rede urbana manifesta a complexa divisão territorial do trabalho refletindo diferentes especializações produtivas, em transformação contínua de seus conteúdos. No momento atual, conforme Santos (1999, p. 16), com ampliação

da divisão internacional do trabalho, forte aumento do intercâmbio, ocorre em paralelo, uma aceleração do movimento e de mudanças mais frequentes, que referidos à rede urbana, alteram seu conteúdo. Isto porque a “[...] a espessura do acontecer é aumentada diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo” (SANTOS, 1999, p. 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão em torno do desenvolvimento regional continua a ser temática de crucial importância e atualidade na geografia, mas não tem recebido maior atenção. É importante porque vislumbra perspectivas para entender uma configuração espacial onde campo e cidade estão incondicionalmente articulados na análise. Tem-se um caminho de compreensão da realização de processos de desenvolvimento em redes urbanas, oriundas de diferentes formações socioespaciais, encontrando-se nesta, elementos ao entendimento de como integrantes, ou não, das elites locais, capturam processos gerais singularizando-os. Envolve ainda a dinâmica de investimentos externos à rede, privilegiando alguns centros em detrimento de outros em razão de fatores locacionais diversos que atendam uma produção em dado tempo. Ressalta-se assim, contínuas mudanças na divisão territorial do trabalho. Neste percurso é possível compreender processos de extração da mais-valia social e seus reinvestimentos externos aos locais onde são gerados.

Ao mesmo tempo torna-se um caminho para discutir e interpretar complexas relações entre cidades de uma rede com outras, em diferentes escalas. Estas relações tornam-se cada vez mais amplas mediante tendência crescente de articulações de empresas localizadas em diferentes cidades da rede urbana nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

- BELLUZZO, L. G. de MELLO. Desenvolvimento. In: Que país queremos? Propostas de desenvolvimento para o Brasil. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.
- BESSA, KELLY C. A diferenciação espacial e as interpretações da geografia teórico-quantitativa e da geografia crítica. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 16, n. 31, dez. 2004.
- CAMPOS, M. C. A Embrapa-soja em Londrina-PR: a pesquisa agrícola de uma país moderno. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- CORRÊA, R. L. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. Território, Rio de Janeiro, n. 6, p. 43-53, jan/jun. 1999.
- CORRÊA, R. L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, R. L. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. Território, Rio de Janeiro, a. 5, n.8, p.121-129, jan./jun.2000.
- FRESCA, T. M. A rede urbana do norte do Paraná. Londrina: Eduel, 2004.
- FRESCA, T. M. A rede urbana norte-paranaense e cidades especializadas em produções industriais: Arapongas, Apucarana e Cianorte. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo, 2005, p. 5554-74.
- FRESCA, T. M. Industrialização no norte do Paraná na década de 1990: transferência industrial e estratégias de crescimento. Ciência Geográfica, Bauru, v. 10, n. 3, p. 195-206, 2004.
- LENIN, V.I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MULLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1989.
- SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Território, Rio de Janeiro, v.4, n. 6, jan/jun, 1999.
- SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- TROTSKY, L. A história da revolução russa. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1930/historia/cap01.htm>>. Acesso em 05 de setembro 2010.
- VEIGA, Léia Aparecida. Jaguapitã-PR: pequena cidade da rede urbana norte-paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEL, Londrina.
- VIETRO, A. de F. O processo de industrialização de Apucarana: a capital nacional do boné. 2006. Monografia (Bacharelado em Geografia) – UEL, Londrina.